

A APROPRIAÇÃO SOCIAL DO CANAL DA CIDADANIA: DESAFIOS E POTENCIALIDADES PARA UMA COMUNICAÇÃO HORIZONTAL E DIALÓGICA

SOCIAL APPROPRIATION OF CITIZENSHIP CHANNEL: CHALLENGES AND POTENTIALITIES FOR A HORIZONTAL AND DIALOGIC COMMUNICATION

Adilson Vaz Cabral Filho*

Cinthya Pires Oliveira**

RESUMO:

O presente trabalho articula a apropriação social dos Canais da Cidadania no Brasil, buscando relacioná-lo com diferentes reflexões e ações em torno da ocupação crítica do espaço público, possibilitando a existência de um setor midiático distinto do estatal e do privado, capaz de afirmar a Comunicação democrática como Direito Humano. O artigo contextualiza historicamente o Canal da Cidadania em relação a outras iniciativas de comunicação comunitária em TV e o recente cenário de convergência midiática. Assim, evidencia contribuições para a ampla implementação do Canal da Cidadania nos municípios brasileiros, viabilizando discussão sobre a inserção das TICs e do uso de espaço público de comunicação como mecanismo de envolvimento da sociedade na constituição da TV Comunitária.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação Comunitária; Canal da Cidadania; esfera pública midiática.

ABSTRACT:

This paper purposes a discussion about the social appropriation of Citizenship Channels in Brazil, trying to relate it to different reflections and actions around the critical occupation of public space, enabling the existence of a media sector distinct from the state and the private ones, able to assert democratic communication as a human right. The

* Professor do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense (UFF). RIO DE JANEIRO, Brasil. acabral@comunicacao.pro.br

** Mestranda do Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC) da Universidade Federal Fluminense (UFF). RIO DE JANEIRO, Brasil. cinthya.pires.oliveira@gmail.com

paper contextualizes the Citizenship Channel historically, comparing it to other community communication initiatives on TV and the recent scenario of media convergence. Thus evident contributions to the wide implementation of the Citizenship Channel in Brazilian cities, enabling discussion about the ICT inclusion and the use of public space for communication as a society engagement mechanism in the constitution of the Community TV.

KEYWORDS: Community communication; Citizenship Channel; media public sphere.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é motivado pela necessidade de articular uma construção histórica no tocante às iniciativas comunitárias de comunicação em TV com a recente apropriação social do Canal da Cidadania (iniciativa possibilitada pelo Decreto 5820/2006 e caracterizada nas Portarias 189/2010 e 489/2012 do Ministério das Comunicações).

Busca-se compreender o aproveitamento de oportunidades para a implementação e a continuidade de políticas de comunicação capazes de impulsionar um setor distinto do estatal / governamental e do privado / comercial, contextualizando-as em práticas capazes de proporcionar reflexões em torno dos usos da cidade e da conformação de uma esfera pública a partir de mecanismos de resistência local.

Alinhado a movimentações em outros países da América Latina e também a iniciativas relevantes na Europa e América do Norte, esse outro setor necessita estar, ao mesmo tempo, preparado para o enfrentamento de desafios contemporâneos em relação à sociedade organizada e à população em geral: o deslocamento da recepção para outra plataforma de produção e distribuição de conteúdos e a compreensão para o enfrentamento da batalha pela democratização da radiodifusão.

Desse modo, esse artigo divide-se em três partes: em primeiro lugar, uma necessária contextualização histórica do Canal da Cidadania, evidenciando sua continuidade, mas levando em consideração seu significativo diferencial em relação a ambientes anteriores de produção e veiculação de conteúdos audiovisuais por parte de grupos organizados; em seguida, amplia a discussão sobre o uso das TICs na constituição do espaço de comunicação pública e no processo de democratização da mídia; e por fim, apresenta questões inerentes aos processos de construção da programação para instauração do

Canal da Cidadania, visando promover maior integração com a sociedade e seu consequente envolvimento.

Assim, pretende-se analisar o status atual dessa política de comunicação específica, evidenciando suas potencialidades e desafios a serem encarados por ativistas, realizadores, governantes e pesquisadores da área, no intuito de servir como contribuição para a mobilização social em torno dessa recente iniciativa com componentes significativamente diferenciados se comparados em perspectiva histórica. Entende-se que é preciso estar atento às movimentações no contexto da comunicação pública brasileira, buscando identificar oportunidades que garantam equilíbrio de vozes e o inerente e fundamental Direito Humano a Comunicação.

PERSPECTIVAS

O Canal da Cidadania materializa as demandas de um longo caminho histórico na afirmação social de um instrumento político e cultural por parte da sociedade organizada. Trata-se da primeira mídia na legislação brasileira da área das Comunicações que conta com regulamentação que permite veicular conteúdos audiovisuais para toda a população que tenha acesso à televisão aberta.

Num país em que a televisão aberta conta com quase 100% da cobertura do território e a concentração midiática é de tal ordem que quase 100% da população tem acesso ao conteúdo de três redes de dimensão nacional, através de filiais que veiculam parte considerável de seus conteúdos, a possibilidade de diversificar a programação através de iniciativas comunitárias de comunicação precisa ser vista como perspectiva real de democratização da comunicação por parte de acadêmicos e ativistas.

A produção de vídeos se tornou mais acessível desde os anos 1970, a partir do barateamento dos equipamentos de produção e transmissão. Esta atividade se tornou desejada, estimulada e empreendida por parte de grupos organizados em todo o país, desde quando se tornou evidente, para autores como Santoro (1989, p. 113), a contribuição do vídeo popular “para que as classes populares possam expressar a sua própria visão de mundo, informar-se, registrar sua história”.

Naquela época, os desafios eram maiores e mais limitantes para a sociedade em geral e grupos diretamente envolvidos com o ativismo midiático. Era determinante a necessidade de criar fluxos alternativos de circulação de conteúdos audiovisuais, contrários

à hegemonia imposta pelos grupos políticos e empresariais que dominavam o país, incluindo o midiático, além de serem de caráter popular, diretamente apropriados ou com o envolvimento de grupos de apoio oriundos de universidades, sindicatos ou movimentos sociais.

Então, não ao acaso, as denominações que designavam tais experiências apontavam essas e outras características como determinantes da atuação em torno das iniciativas sociais. Comunicação alternativa, contra-hegemônica, popular, entre outras tantas denominações, identificavam o que a UNESCO já apontava como irreversível desde seu conhecido Relatório McBride (1983, p. 349): “indivíduos e grupos podem (ou poderão proximamente) utilizar os seus meios de comunicação e recursos próprios, ao mesmo tempo que os dos meios de comunicação social”.

Ao longo dos anos 1980 e 1990, as iniciativas comunitárias de comunicação possibilitaram a apropriação social de equipamentos e processos de produção por parte de grupos, movimentos e organizações, em práticas distintas de produção própria por grupos populares e assessoria à produção por parte de grupos de apoio, constituídos através de meios sociais e acadêmicos.

Iniciativas de vídeo-debate, TVs de rua, TVs comunitárias e TVs livres se espalharam no país, buscando incentivar a capacidade de produção e veiculação de conteúdos audiovisuais alternativos à mídia hegemônica. Não se tratava apenas da apropriação de meios, mas da compreensão de seus usos para o enfrentamento de questões várias que sempre se colocaram para movimentos sociais e políticos no país. O barateamento das tecnologias permitiu o desenvolvimento de produtos, estéticas e diálogos nos meios sociais, levando à compreensão de que a sociedade e seus grupos constitutivos não se viam representados na mídia hegemônica tradicional.

O próprio desejo de ocupação do espectro não era consensual entre os realizadores, na medida em que defensores do espaço público como forma de conagração popular não acreditavam e nem mesmo se mobilizavam pela ocupação da mídia tradicional em favor das dinâmicas que estabeleciam. Por outro lado, a compreensão de que as mídias criadas a partir da própria comunidade viabilizavam a produção e a circulação de conteúdos diversificados dos tradicionais, colocando-se numa perspectiva contra-hegemônica, fazia crescer a importância da luta pela democratização da comunicação para o fortalecimento de disputas mais gerais. No entanto, ainda havia o entendimento

de que a comunicação consistia num meio para efetivar essa luta e que a atuação específica em torno desse setor demandava um envolvimento também específico, porém descolado de outras questões estruturais e natureza social, como saúde, educação, moradia, entre outras.

A maturação dessas experiências deu lugar ao desenvolvimento de associações locais, regionais e nacionais, como a ABVP - Associação Brasileira de Vídeo Popular, articuladas a movimentos continentais e mundiais de iniciativas comuns, que floresceram ao longo dos anos 1980, como a Videazimuth - Coalizão Internacional de Videastas Independentes. Muitas dessas experiências eram ligadas a movimentos e ONGs, que se institucionalizaram ao longo dos anos 1990, levando à depreciação de iniciativas próprias e ao investimento na relação com meios massivos. A contribuição da redemocratização do país, bem como do papel que a mídia hegemônica representava nesse contexto, fez com que muitos investimentos na efetivação de meios próprios fossem deslocados para ações mais diretamente relacionadas com a inserção de conteúdos na mídia tradicional.

Ao mesmo tempo, o movimento pela democratização se desenvolvia no Brasil, compreendendo a necessidade de se regulamentar o setor da comunicação em geral, promovendo oportunidades de veiculação de iniciativas de comunicação comunitária a públicos mais amplos. Assim surgiram as leis da TV a Cabo (1995) e a de Radiodifusão Comunitária (1998), que proporcionaram ainda, em função da mobilização do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, o surgimento de associações específicas, como a ABCCom - Associação Brasileira de Canais Comunitários e a FRENATEC - Frente Nacional pela Valorização das TVs do Campo Público, em torno de iniciativas e ativistas midiáticos de TV.

O movimento pela democratização da comunicação alcançou conquistas limitadas, tornando tais associações isoladas na relação com outros movimentos e o próprio movimento de comunicação, porém focado na militância que, de certa forma, herda e reforça o abismo existente no meio acadêmico entre os que pesquisam Políticas de Comunicação e Comunicação Comunitária.

Na prática, ativistas seguem ainda levando adiante iniciativas comunitárias que demandam incentivos, estímulos, envolvimento, bem como regulamentação, regulação e fiscalização, até porque são, por excelência, a democratização da comunicação em termos de pluralidade, diversidade e apropriação por parte da sociedade constituída

em suas organizações, a despeito das relações de mercado ou das estruturas de Estado. Por outro lado, ao assumir tais atribuições, o Estado está longe de ser minimizado em seu papel diante da necessidade crescente pela afirmação de um outro setor para além do estatal e do privado, na forma de como defende Ramos (2007).

Com a perspectiva de uma regulamentação que viabiliza a existência jurídica do setor, o primeiro canal comunitário de TV a Cabo surge em Porto Alegre e, a partir daí, outros em várias cidades brasileiras. Segundo levantamento de Alice Campos (2014), das quase 300 cidades com TV a Cabo no Brasil, por volta de 110 têm canal comunitário. Muitos deles ligados a políticos, religiosos e comerciantes locais. As poucas experiências efetivamente comunitárias fazem a diferença, mas sempre foram dificultadas diante da busca por formas de sustentação e pelo engajamento da população na programação e no apoio à produção. A adesão a essas iniciativas por parte de grupos atuantes na comunicação e na cultura também sempre foi problemática, em parte devido ao fato de que esses canais são destinados a assinantes de serviço de TV a Cabo e não à população em geral.

Em 2011, com a aprovação da lei 12.485, os canais comunitários de TV a Cabo são viabilizados de veicular em outros modelos de TV por assinatura, de acordo com a característica técnica das operadoras, possibilitando a expansão, de certa forma, do alcance desses canais. No entanto, o que parece estar sendo a tônica entre ativistas dessas iniciativas é que essas oportunidades estão sendo preteridas frente a possibilidade de afirmação dos canais na TV aberta, a partir dos Canais da Cidadania na TV Digital.

A partir do Decreto 5.820/2006 e de portarias mais recentes (sendo as principais a 189/2010 e a 489/2012), os Canais da Cidadania na TV Digital abrem outra expectativa: esses canais funcionam na TV aberta, em vias de se transformar totalmente em digital, atingindo assim quase a totalidade da população brasileira. São quatro faixas de programação para cada município, sendo uma de âmbito municipal, outra estadual e duas para associações comunitárias, que levam em consideração o histórico de atuação de canais comunitários de TV a cabo existentes, obtendo pontuação adicional em caso de disputa pela destinação das faixas de programação das associações. Se trata de uma oportunidade sem equivalência na história da Comunicação brasileira, pois permitirá a transmissão de conteúdos audiovisuais gratuitamente a toda população.

Para sua implementação, o Canal da Cidadania precisará contar com investimento do poder público local, bem como de organização, articulação, programação qualificada e competências específicas para seu adequado desenvolvimento. Esse conjunto de atribuições, somados ao desafio político que representa a acolhida e a implementação desses canais em cada município, coloca para as organizações sociais a necessidade de estabelecerem melhores articulações e competências capazes de transformar em exitosas as iniciativas a serem empreendidas.

No entanto, outros fatores devem ser considerados no processo de implementação do Canal da Cidadania nos municípios, uma vez que há “tradição brasileira de não incorporação da sociedade civil na discussão e na gestão das mídias” (BOLAÑO, BRITTOS, 2007, p. 285). Em paralelo, grupos hegemônicos (no sentido proposto por Gramsci) desenvolvem estratégias para perpetuar o controle sobre os meios massivos e tentam sufocar alternativas comunitárias, evitando a promoção de mecanismos de resistência ou intervenções norteadas por movimentos sociais.

E embora a democracia possa ser entendida como “subproduto da modernização” (MARTÍN-BARBERO, 2003, p.247), Moraes (2009) cita que o pluralismo é um dos elementos essenciais para a democratização da comunicação. Portanto, ratifica-se a relevância da TV Comunitária como oportunidade de proporcionar voz aos cidadãos das comunidades, caracterizando-se como espaço para intervenção local.

Por esta vertente, a implantação do Canal da Cidadania no espectro de radiodifusão de TV Aberta deve possibilitar novas discussões sobre a configuração e utilização deste espaço pela comunidade. Há oportunidade para potencializar a participação da comunidade, transformando positivamente sua relação com esses canais, à medida que fortaleça seu interesse em apropriar-se da comunicação pública local. Esse objetivo não deve ser omitido e/ou menosprezado, ao contrário, deve ser lembrado como característica primordial a ser perseguida, visto que

existem casos em que poucas pessoas, que são ou se dizem representantes, conduzem o processo de implantação e gestão de canais comunitários de modo isolado e autoritário, com baixíssima participação das organizações comunitárias locais. Seja por falta de envolvimento e interesse das pessoas ou dessas entidades, por falta de oportunidade de participação ativa ou por discordâncias político-operacionais, o fato é que existem canais comunitários, não muito comunitários, no sentido de falta de um processo partilhado de ação, embora possam estar agindo em favor da ‘comunidade’ (PERUZZO, 2004, p.04).

Após vinte anos da Lei do Cabo e a consequente disseminação gratuita das iniciativas comunitárias, torna-se essencial incluir esse tema na pauta dos projetos de implantação do Canal da Cidadania, com o intuito de aperfeiçoar sua atuação, garantindo o uso desse espaço para e com a comunidade, afirmando a Comunicação democrática como Direito Humano, sinalizada há anos pela UNESCO para apropriação social do processo de democratização da comunicação brasileira. Para tanto, é importante considerar questões relacionadas a tecnologia, a constituição da esfera pública e de mecanismos de resistência local.

TECNOLOGIA: MIOPIA X UTOPIA MIDIÁTICA

Pelo exposto, para compreender os entraves relacionados à democratização da comunicação brasileira e à busca pelo equilíbrio de vozes, deve ser considerada a influência de variáveis econômicas, regulatórias e organizacionais sobre a concretização da convergência. Neste caso, esta última é exaltada por Jenkins (2009) devido ao rompimento com paradigmas, proporcionando espaço à mídia alternativa e voz aos cidadãos.

Apesar de sua contribuição para análise das transformações do comportamento do “consumidor” com o crescente uso de tecnologias de comunicação, o teórico não evidencia o processo histórico-social de construção do sujeito e sua relação com o cenário midiático. Assim, ao desenvolver suas inferências a partir das consequências da convergência, omite justamente as causas que incidem na sua construção. Exemplifica o impacto das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) na política, na economia, na elaboração de estratégias de marcas e no desenvolvimento de conteúdos, mas ressaltando o lugar da convergência como causa, em vez de consequência:

Por convergência, refiro-me ao fluxo de conteúdos através de múltiplas plataformas de mídia, à cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação, que vão a quase qualquer parte em busca das experiências de entretenimento que desejam. Convergência é uma palavra que consegue definir transformações tecnológicas, mercadológicas, culturais e sociais, dependendo de quem está falando e do que imaginam estar falando. (JENKIS, 2009, p. 29)

Por sua vez, Bolaño e Brittos (2007, p. 59) relatam que as dimensões econômico, político e cultural devem ser consideradas na sustentação do aparato tecnológico e portanto, não devemos desprezar a potente atuação do capitalismo para regular o digital nos processos concorrenciais. Como alternativa, caberá à comunicação comunitária, que

se delinea às margens, impulsionar novas experiências através do uso crítico das TICs. Ainda que não sejam ações emancipadoras, ao menos que promovam ligeiras mudanças na ordem imposta, através de mobilizações de grupos subordinados (MARTÍN-BARBERO, 2000) e/ou dos ativistas interventores.

Deste modo, entendemos que ao contrário de qualquer positivismo tecnológico, ainda que embasado nas características de aproximação de grupos e aceleração de diálogos entre os mesmos, os processos de transformação devem ocorrer na essência do sujeito, sob as bases das perspectivas histórica e social (HELLER, 2000) para assim influenciar nos usos da tecnologia. Sobre esse complexo cenário, Thompson (1998) evidencia que as especificidades técnicas devem ser consideradas, mas sem

obscurecer o fato de que o desenvolvimento dos meios de comunicação é, em sentido fundamental, uma reelaboração do caráter simbólico da vida social, uma reorganização dos meios pelos quais a informação e o conteúdo simbólico são produzidos e intercambiados no mundo social e uma reestruturação dos meios pelos quais os indivíduos se relacionam entre si (THOMPSON, 1998, p. 19).

Portanto, o autor reconhece na vida social e cotidiana o lugar da apropriação dos recursos tecnológicos, sujeitando estes aos seus usos conforme a construção de conteúdos e mensagens. Ressalta a influência da técnica e da tecnologia, mas não a sobrepõe às demais variáveis para compor discussões sobre o panorama midiático.

Entende-se que a abordagem sistemática e reducionista de causa e efeito, desconsidera elementos interrelacionados na rotina do sujeito social com os meios, assim como omite outros fatores estruturantes desta realidade. Martín-Barbero (2003, p.237) aponta a necessidade de avaliar as implicações das mediações, enquanto Bolaño (2000) sinaliza que a revolução tecnológica deve ser compreendida como parte do processo de desenvolvimento capitalista. A não percepção ou omissão deste fato, dificulta tanto o pleno entendimento sobre as disputas simbólicas, quanto identificação de instituições que visam se apropriar da tecnologia para controlar espaços, assim obstruindo opções de liberdade no contexto cotidiano e na relação da sociedade com os meios.

Nesta perspectiva, para Kellner (2001), muito além da exaltação tecnológica, é preciso ampliar estudos sobre educação crítica da mídia, possibilitando a disseminação de projetos que proporcionem estrutura de conhecimento e de reflexão sobre o que é produzido e entregue pelos meios de comunicação. E se o trabalho intelectual é o elemento central da Terceira Revolução Industrial (BOLAÑO, 2007), torna-se possível a

resistência (ainda que parcial) à política mercantil, criando não somente novas estratégias de sobrevivência, como possibilitando que a revolução tecnológica seja orientada para transformações sociais baseadas no acesso democrático à comunicação.

O teórico lembra que o Estado representa figura central na política de inclusão digital visando a promoção das TICs na “desconcentração, acesso democrático e controle público” (BOLAÑO; BRITTOS, 2007, p.39). Porém, adicionalmente, é válido expor que esta preocupação está direcionada para acesso às tecnologias - algo que gradualmente ocorrerá tal como observamos com a internet e seu rápido crescimento de penetração, sobretudo nas áreas urbanas. Logo, a participação da sociedade poderá continuar sob a égide dos interesses da indústria midiática (e de grupos minoritários que consolidam o poder), caso não ocorra mudança estrutural no processo comunicacional, a começar pela garantia de espaço à diversidade de vozes.

Trata-se de um percurso similar ao que vem ocorrendo com as redes sociais, tendo em vista que os avanços alcançados pelas mobilizações sociais em rede (online) devem ser reconhecidos e respeitados, embora sejam como fagulhas proporcionadas pela comunicação fragmentada e não linear diante da robustez da comunicação massiva. Sob esta tendência, a participação e a construção de discursos locais através dos espectros hertziano e digital devem ser valorizadas, embora sua ocorrência esteja atrelada com à reconfiguração das leis que norteiam o sistema de comunicação brasileiro.

Destarte, a combinação de produção de conteúdo com disseminação de informações e apropriação de tecnologias possibilitam a manutenção de poder e acumulação de riquezas pelos oligopólios de comunicação. Enquanto mantém sua hegemonia, promovem a miopia e forjam o culto aos avanços tecnológicos usados como alicerce para as boas novas do ideal democrático. Ademais, a oportunidade de acesso e uso efetivo dos meios como canal dialógico não se estende a todos, promovendo a segregação e a alienação. Portanto, a democracia advinda do “paraíso tecnológico” ainda representa uma utopia para a maioria das sociedades, mantendo grupos a margem.

ESFERA PÚBLICA COMO ESPAÇO HORIZONTAL E DIALÓGICO

Habermas (2003) aponta que a sociedade burguesa dos séculos XVII e XIX mantinha aparência de neutralidade de poder em relação à constituição da esfera. No entanto, na atualidade não seria da mesma forma? Procura-se omitir a existência de interesses

políticos e econômicos no controle dos meios de comunicação. Evita-se publicar e discutir os impactos sobre a liberação de outorgas de radiodifusão para instituições privadas detentoras de expressivo volume de capital. Os discursos divulgados nos meios massivos parecem adquirir autoridade própria que, uma vez disseminados, são tidos como verdade pela sociedade. Tal qual, a indústria midiática se imbuí como suposta defensora da cidadania, diversidade e pensamento crítico.

Porém, sabe-se que a exclusão é inerente ao capitalismo. Mesmo com o disfarce de agregador, o mecanismo do capital mantém a dinâmica desenhada pela burguesia do século XIX: negar o outro, rejeitar qualquer matriz cultural que não se iguale à sua - reforço de poder e dominância. No campo midiático, por mais que os meios de comunicação busquem omitir ou atenuar esse cenário, a atuação crítica de movimentos sociais locais pode utilizar instrumentos para pressionar o Estado visando efetivar a democratização da esfera pública.

Mesmo com a permanência das empresas comerciais, é possível reivindicar tratamento isonômico para com a implantação de meios de comunicação comunitários. No entanto, tal como observado na reconfiguração da esfera pública burguesa (HABERMAS, 2003), o poder público está imbricado com interesses particulares. Para ruir essa ordem dominante, pode ser elementar a atuação conjunta de ativistas, intelectuais e/ou agentes das “posições subalternas” (MARTÍN-BARBERO, 2003; LEFEBVRE apud LACOMBE, 2007), que organizem mobilizações e se posicionem a favor de mecanismos de resistência.

As contribuições de Habermas (2003) sobre a esfera pública burguesa e sua mudança, assim como a classificação das interações propostas por Thompson (1998) são relevantes para a reflexão sobre as relações sociais diante da evolução histórica da mídia. Contudo, necessitam ser adaptadas para o atual momento, compreendidas a aceleração tecnológica e a globalização. Deste modo, ainda que a interação não ocorra presencialmente, mas seja mediada por dispositivos que possibilitem o retorno imediato e sem filtros ou restrições no envio das mensagens, entende-se que envolve ação recíproca e dialógica.

Isto pode ocorrer, por exemplo, no uso de redes sociais ou aplicativos em que a sociedade contribui com a programação da TV Comunitária, possibilitando que o espaço esteja aberto (público) ao debate para participação de todos os envolvidos. Obviamente, neste caso, a tecnologia deve ser mais uma opção, não anulando a interação face-a-face já mencionada por Thompson (1998). Por outro lado, se o sujeito somente é receptor

ou expõe seu pensamento sem nenhum retorno, caracteriza-se um monólogo típico dos meios “tradicionais” de comunicação de massa (TV, Rádio, Jornais e Revistas).

Nesse ponto, é válido questionarmos se as tecnologias e a proposta do Canal da Cidadania são capazes de prover tal esfera pública horizontal e dialógica. Possivelmente dependerá do contexto que será delineado a partir das mobilizações sociais que ressignifiquem as construções históricas e culturais. De fato, o cenário poderá continuar dificultoso caso não exista o apoio programado do Estado através de ações político-econômicas para fortalecimento do espaço social no local.

O espaço público representa o lugar em que há o potencial de disseminar outras opções de conteúdo, pautadas pelo conhecimento, informação e cultura. Desta forma, as iniciativas comunitárias de TV, através do Canal da Cidadania, possuem oportunidades de constituir um novo momento para a comunicação pública no âmbito local. O reconhecimento deste espaço deve ser construído pelo Estado, pela Sociedade Civil e pela própria comunidade aí inserida, para legitimar sua atuação crítica e dialética sobre a realidade construída e representada no cotidiano das cidades.

TV COMUNITÁRIA – ESTUDO EMPÍRICO PARA INICIATIVAS FUTURAS

Diante dos desafios apresentados, para compreender as dinâmicas de produção e conhecimento dessas iniciativas e o possível engajamento de futuros envolvidos na continuidade destes, faz-se necessário levantar informações sobre o funcionamento da programação e contribuições na atuação:

1. Quem são produtores potenciais? Nos quais são identificados organizações e movimentos da sociedade mais diretamente ligados com a produção audiovisual ou relacionados a áreas estratégicas para qualificar o conteúdo da programação.
2. Quem são articuladores de conteúdos? Aqui propõe-se mapear produtores e espaços de fomento à produção de conteúdos para a programação dos Canais da Cidadania nos respectivos municípios. Entende-se por produtores aqui não apenas os que lidam diretamente com a atividade de gravação de conteúdo, mas como todos aqueles que participam de atividades que a viabilizam: cenário, figurino, maquiagem, etc.

3. Quais projetos e políticas de programas são interessantes? Busca-se fazer um levantamento da programação do canal (ao vivo? / gravado? / quais, quantos, quais horários); distribuição por gêneros televisivos; relação entre entretenimento / informação, entre outros temas que caracterizam os canais existentes da melhor forma.

4. Qual extensão do Canal da Cidadania em: público; acesso; envolvimento; multiplataforma (online e off-line); equipamentos (sede, financiamento); apoios? Aqui se trata de fazer um levantamento mais quantitativo a respeito do Canal, para buscar sua proximidade com a comunidade não só em termos de audiência, como de envolvimento com o processo de produção.

5. Pesquisa de definição de público do Canal da Cidadania: aqui se trata de uma pesquisa de opinião a respeito de hábitos de consumo audiovisual daqueles que assistem iniciativas semelhantes ao Canal da Cidadania na TV aberta. Busca-se identificar questões como gênero, idade, renda, moradia, cor ... o que lê? O que gosta? Com que contribui? Entre outras questões.

6. Produção de conteúdos audiovisuais: trata-se de proposta mais direcionada a alunos diretamente envolvidos com a produção de conteúdos, a partir dos quais propõem programas piloto desde sua origem, compreendendo a elaboração de um projeto contendo tema, enfoque, gênero, formato, linguagem, possíveis conteúdos e futuras edições, além da gravação de um piloto.

Diante dos tópicos apresentados, é essencial relacionar o projeto piloto do Canal da Cidadania a conceitos usuais do campo do audiovisual trabalhado na perspectiva comunitária / cidadã: qual compreensão de audiência devem ter iniciativas como essa? E que significaria o entretenimento nesse contexto? Em relação à participação, como estimular dinâmicas de colaboração e compartilhamento na contribuição para o desenvolvimento humano na comunidade e o desenvolvimento social a partir da formação de redes no âmbito da cidade e do Estado? Questões como essa precisam estar explicitadas tanto nos projetos de apresentação dos programas, como na elaboração propriamente dita dos mesmos.

Certas áreas estratégicas caracterizam as cidades e merecem melhor abordagem nos Canais da Cidadania, como cultura da região, conhecimento histórico e formação da cidade e seus bairros, além de expressões locais. Da mesma forma, a necessidade de uma atuação mais específica no espaço público da cidade, impulsionando a realização

de mais programas ao vivo, em áreas de grande circulação ou de visibilidade nas cidades, inclusive como forma de divulgação do Canal da Cidadania entre moradores e trabalhadores do município.

Além disso, promover o levantamento de áreas estratégicas de atuação para futuros programas e a elaboração de faixas/blocos temáticos de programação, que poderiam vir a ser incorporados na dinâmica do Canal da Cidadania: áreas como Esportes / Arte e Cultura / Educação / Notícias / Bem Estar, beleza e saúde / Movimentos e grupos, entre outros. A proposta aqui é criar referências que sirvam como inspiração para a produção de conteúdos, não uma grade temática rígida na qual os conteúdos deveriam se inserir. Além de ter sido pensada em função do reforço à articulação de distintos grupos, organizações e movimentos com o conjunto da população, no sentido de construir uma dinâmica na qual os cidadãos se percebam como parte do Canal, potencialmente produtores de suas próprias formas de ver a cidade e o mundo no qual estão inseridos.

Que tipo de programação / programa efetivamente se aproveita numa iniciativa focada no desenvolvimento da comunidade local? Quais programas e práticas podem ser acolhidos e levados adiante na afirmação do Canal? Quais diálogos podem ser estabelecidos, construídos e fortalecidos com produtores locais e a população, bem como seus possíveis desdobramentos? Em se tratando de uma iniciativa em construção, mas, como visto anteriormente, com diferenciais significativos em relação às práticas anteriores de produção e distribuição de conteúdos audiovisuais com enfoque comunitário no Brasil, indica a necessidade de um longo, mas sólido trabalho a ser feito, na compreensão desse espaço como plataforma de atuação política e cultural para o conjunto das organizações sociais numa determinada cidade.

CONCLUSÃO

A regulação do Canal da Cidadania como TV Comunitária disponível em sinal aberto nos diferentes municípios em que for implantado, não somente altera a relação deste no cenário midiático como proporciona abertura para a participação popular. Para tanto, propõe-se a construção de comunicação horizontal e dialógica, sendo oportuno discutir sua atuação a partir de reflexões e rupturas cotidianas. Faz-se necessário aprofundar estudos sobre o potencial desta iniciativa como resistência local perante a apresentação de modelo diferenciado de produção de conteúdos que evitem a lógica hegemônica.

Ora, se a comunicação é uma necessidade cotidiana, espera-se que a TV Comunitária tende a se apresentar como alternativa crítica neste contexto.

Neste caso, há oportunidade de considerar o cotidiano local como ambiente de rupturas com os sistemas, possibilitando compreender as relações sociais instauradas sobre a base da História - “substância da sociedade” (HELLER, 2000). Ou seja, se a vida cotidiana é essencial para reconhecer o fazer social como parte da História, a reconhecemos como atmosfera propícia para contradições e conflitos.

Portanto, no cotidiano e nos hábitos que o permeiam é possível identificar atividades que transformam, ações que tanto são reflexos da dominação quanto do distanciamento, da “suspensão do cotidiano” (HELLER, 2000). Assim, como nas narrativas românticas de Martín-Barbero (2003), a TV Comunitária pode representar convite à experiência, ao engajamento, a sentir a dor e a lutar pela vida, pelo ideal. Enfim, através do subjetivo expressar a voz do coletivo enquanto a relação do conflito é desenvolvida na cotidianidade - na vida do homem (HELLER, 2000).

Segundo Heller (2000), seguir instintivamente é um risco imprescindível e necessário para a vida, faz parte do economicismo do cotidiano e sem o qual não seria viável prosseguir com as atividades corriqueiras. Por outro lado, deve-se questionar sobre a possibilidade de refletir em relação a determinado conteúdo e decidir se continuaremos ou não assistindo. Realizarmos pontuais digressões para avaliar criticamente a mídia (KELLNER, 2001) e sua cultura na qual a comunicação está inserida. Esta análise reflexiva torna possível que a escolha por se envolver mais profundamente com determinado conteúdo (hegemônico ou não) seja consciente.

A esse respeito, espera-se que as iniciativas comunitárias no Canal da Cidadania contribuam para o desenvolvimento da pedagogia crítica da mídia, possibilitando o questionamento das produções hegemônicas para “cultivar a cidadania, ajudando a formar indivíduos imunes à manipulação, capazes de criticar o que recebem da mídia e de obter informações de diversas fontes, criando-se, assim, uma cidadania bem informada e capaz de ter juízos políticos inteligentes” (KELLNER, 2001, p.430). Como parte do processo, é preciso mobilizar a sociedade para que se envolva nas discussões sobre a produção dos conteúdos. Desta forma, torna-se possível a constituição de consensos (MORAES, 2009) para difusão de ideias libertadoras através de ações promovidas pela TV Comunitária, sem que tais atividades sejam restritivas.

Assim, a articulação descentralizada das TVs Comunitárias e sua atuação multipolarizada em diferentes cidades, reforçando aspectos da cultura local e revitalizando questões desconsideradas pela grande mídia, representa a possibilidade de superar obstáculos impostos pelas forças hegemônicas (sentido de Gramsci) e proporcionar maior equilíbrio no campo comunicacional. Através da dinâmica da comunicação comunitária horizontal, participativa e dialógica, arranjos podem ser forjados pelo homem para provocar fissuras e para romper com o “consumo” programado de conteúdo televisivo.

Diante dessas perspectivas, a construção de esfera pública horizontal e dialógica torna-se um ideal distante, se baseada apenas nos possíveis benefícios da tecnologia e nas expectativas de uma regulação eficaz e de um cenário político favorável. No entanto, é possível identificar opções para avanços visando a transformação dessa conjuntura através de intervenções locais de resistência.

Superada a barreira do acesso à veiculação de conteúdos audiovisuais pela TV aberta, alcançando o conjunto da população através de faixas de programação realizadas pelas próprias organizações da sociedade, o maior desafio no momento é saber o quanto esse cenário não chegou tarde demais. Dadas as condições objetivas de implementação dessa iniciativa comunitária de comunicação, potencialmente capaz de superar limitações de alcance, mas também estéticos, políticos e econômicos em função da experiência acumulada de práticas equivocadas, identificadas ao longo da história de restrições impostas por governos destituídos de vontade política de impulsionar o setor, com a sustentação de uma mídia hegemônica, ligada ao capital e a forças políticas conservadoras do país, que não querem ver transformado o sistema de comunicação vigente.

No entanto, cabe saber em que nível de prioridade encontra-se a mobilização para a implementar esse tipo de iniciativa por parte de movimentos sociais ligados mais ou menos diretamente ao setor, bem como a sociedade em geral. Dada a complexidade de implementação dessa iniciativa e seu retorno presumidamente limitado, pessoas, grupos e organizações envolvidos com a área compreendem a possibilidade de verem seus conteúdos numa mídia tradicional ou ainda investem em iniciativas na Internet, por sua facilidade de realização e alcance, a despeito de ser um ambiente fragmentado e limitado, do ponto de vista da mobilização do conjunto da sociedade.

Se é possível compreender que mudou o ambiente em torno do qual rádios e TVs comunitárias são acolhidas como relevantes práticas sociais em seus locais de atuação, é

possível compreender suas contribuições específicas dentro de um cenário de convergência tecnológica e de plataformas midiáticas que significam importantes territórios de conformação da agenda política e de opinião pública no campo do simbólico e do cultural. Nesse sentido, é preciso superar outro desafio, agora do ponto de vista da programação e da disseminação de conteúdos audiovisuais que se pretendam interessantes no enfrentamento do território midiático tradicional, buscando responder adequadamente a duas perguntas fundamentais: como informar sem ser chato? E como entreter sem ser banal?

Para tanto, é preciso mobilizar setores sociais e acadêmicos envolvidos numa política mais ampla de compreensão da Comunicação como direito humano, sensibilizando poderes públicos locais à implementação de iniciativas já legalmente consolidadas, buscando comprometer o Ministério das Comunicações e a estrutura do governo federal com a viabilidade sustentável e com um sistema distinto do estatal e do privado.

Tal sistema precisa ser pensado, pelo Estado e pela sociedade, num contexto contemporâneo de convergência transmidiática de ambientes multiplataforma, no qual a relação entre meios massivos e em rede se pense como complementar, bem como a das comunidades locais e a população em geral, compreendendo a expressão máxima da pluralidade e da diversidade existente nesse país, ingredientes fundamentais para a afirmação de nossa cidadania.

Um bom ponto de partida nesse sentido, seria a afirmação de um princípio de complementaridade, tal qual proposto na Constituição Federal, que compreende a divisão do espectro e da verba publicitária de governo de forma equânime entre os setores. É preciso, no entanto, desenvolver estratégias próprias de sustentabilidade e mobilização, contando com distintos públicos e suas competências; temas e abordagens que toquem no cotidiano de todos e contem com conhecimentos de diversas áreas para enfrentar os desafios que se colocam para a afirmação desse espaço de atuação.

REFERÊNCIAS

1ª CONFERÊNCIA Nacional de Comunicação (2010). Publicada em 20 de dezembro de 2009. Disponível em <http://www.fndc.org.br/download/resolucoes-i-confecom/documentos/528925/arquivo/relatorio-aprovada-completo.pdf>. Acesso em 20 de janeiro de 2014.

AMARC. Asociación Mundial de Radios Comunitarias (2010). Principios para garantizar la diversidad y el pluralismo en la radiodifusión y los servicios de comunicación audiovisual. Publicada em 2010. Disponível em http://legislaciones.amarc.org/40Principios/40_Principios_diversidad_pluralismo_libro.pdf. Acesso em 23/08/2012.

BOLAÑO, César. Indústria Cultural: Informação e Capitalismo. São Paulo: Hucitec / Polis, 2000.

BOLAÑO, César; BRITTOS, Valério. A televisão brasileira na era digital: exclusão, esfera pública e movimentos estruturantes. São Paulo: Paulus, 2007.

BRASIL. Portaria 489/2012. Publicada em 18 de dezembro de 2012. Disponível em <http://www.mc.gov.br/portarias/26252-portaria-n-489-de-18-de-dezembro-de-2012>. Acesso em 02/01/2015.

BROCK, Nils e MALERBA, João Paulo. Um ar mais livre? Uma breve abordagem comparativa da situação legal das rádios comunitárias na Europa e América do Sul. In IX Conferência Brasileira de Mídia Cidadã 2013. http://amarcbrazil.org/wp-content/uploads/2013/08/UmArMaisLivre_VersaoMidiaCidada.pdf

CABRAL, Adilson. Nossa tv digital: o cenário internacional da apropriação social da digitalização da tv. 1 ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2015.

_____. Nem privado nem estatal: a ideia de público como um sistema de comunicação In Revista eCOMPÓS. Brasília, v.15, n.1, jan./abr. 2012. Disponível em <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/668/572>. Consultada em 29/08/2012.

CAMPOS, Alice. TVs Comunitárias presentes em 20 estados brasileiros. Publicado em 23/05/2014. Disponível em https://pt-br.facebook.com/permalink.php?story_fbid=801650823197924&id=629177627111912. Acesso em 20/06/2015.

HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HELLER, Agnes. O cotidiano e a história. 6ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

INTERVOZES, Coletivo (2009). Sistemas Públicos de Comunicação no Mundo: Experiências de Doze Países e o Caso Brasileiro. São Paulo: Ed. Paulus, 2009.

JENKINS, Henry. Cultura da convergência. 2ª Ed. São Paulo: Aleph, 2009.

KELLNER, Douglas. A cultura da mídia: estudos culturais, identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru: EDUSC, 2001.

KERN EUROPEAN AFFAIRS (KEA). The state of community media in the European Union. Bruxelas, Parlamento Europeu, 2007.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

MORAES, Dênis. A batalha da mídia. Rio de Janeiro: Ed. Pão e Rosas, 2009.

MOREIRA, Gislene. É legal? A regulação da Comunicação Comunitária na esquerda latino-americana. In. Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun. vol.36 no.1 São Paulo Jan./June 2013. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S1809-58442013000100011>. Acesso em 09/01/2015.

PERUZZO, Cícilia. TV Comunitária: dimensão pública e participação cidadã na mídia local. Rio de Janeiro: Mauad-x, 2007.

PERUZZO, Cícilia K. Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária. In Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Publicado em 2006. Disponível em <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/116338396152295824641433175392174965949.pdf>. Acesso em 01/07/2015.

RAMOS, Murilo César. Sobre a importância de repensar e renovar a idéia de sociedade civil. In RAMOS, Murilo Cesar e SANTOS, Suzy dos. Políticas de Comunicação: buscas teóricas e práticas. São Paulo, Ed. Paulus, 2007.

SANTORO, Luiz Fernando. A imagem nas mãos: o Vídeo Popular no Brasil. São Paulo, Summus, 1989.

THOMPSON, John B. A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia. 11ª edição. Petrópolis: Vozes, 1998.

UNESCO (1980). Um Solo Mundo, Voces Múltiples - Comunicación e Información en Nuestro Tiempo. Unesco, 1980. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0004/000400/040066sb.pdf>. Consultado em 12/11/2009.

Artigo recebido: 22 de outubro de 2015

Artigo aceito: 12 de dezembro de 2015